

Boa tarde a todos e todas!

Nas pessoas do Presidente do TRT4, Des. Francisco Rossal de Araújo, e do presidente eleito para o biênio 2023-2025, Des. Ricardo Martins Costa, cumprimento todas as autoridades nominadas pelo cerimonial.

Na pessoa do Presidente da AMATRA IV, juiz Márcio Lima do Amaral, e cumprimento os magistrados e as magistradas do trabalho.

Na pessoa da Procuradora do Trabalho, Dra. Denise Maria Schellenberger Fernandes, chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, cumprimento os procuradores e as procuradoras do trabalho.

Nas pessoas do Dr. Leonardo Lamachia, Presidente da OAB/RS, do Dr. Luis Fernando Moreira, Presidente da SATERGS, do Dr. João Antonio Ritzel Remédios, Diretor de Valorização da AGETRA e do Dr. Frederico Dias da Cruz, representante da ABRAT, cumprimento os advogados e advogadas presentes.

Nas pessoas do Dr. Giovani Forneck Flores, Presidente da APEJUST, e da perita contadora Maria Helena Capra, cumprimento os peritos e as peritas que atuam na Justiça do Trabalho do RS.

Na pessoa do servidor Diogo de Seixas Grimberg, Secretário Executivo da EJUD4, e futuro Secretário Geral da Presidência, cumprimento os servidores e servidoras da Escola Judicial.

Nas pessoas das servidoras Bárbara Burgardt Casaletti, Maria Augusta Kinnemann e Cláudia Schöedrer e do servidor Eduardo Munari Preto, cumprimento os servidores e as servidoras da área administrativa do Regional.

Nas pessoas da servidora Ana Maria Lucena Adams e do servidor Adolfo Marques Pereira, cumprimento os servidores e as servidoras vinculados à atividade fim do nosso Tribunal.

Agradeço muito aos juízes Adriano Wilhelms Santos, Raquel Hochmann de Freitas, Maria Cristina Santos Perez e Aline Doral Fagundes, colegas que muito contribuíram, como coordenadores acadêmicos na EJUD4 e auxiliares na Presidência e nos CEJUSC de 1º e 2º graus. Igualmente, agradeço a parceria das juízas auxiliares da Presidência do TST e CSJT, no período 2022-2023 em que fui juíza auxiliar da Presidência do CNJ, colegas Gabriela Lenz de Lacerda, da 4ª Região, Patrícia Maeda, da 15ª Região e Adriana Melônio, da 1ª Região.

Cumprimentando o Luizinho, o Peixoto, o Rosseto, o Almeida, a Camila Frigo, a Fabiana Perdomo, a Lara Martins, o Gabriel Borges Fortes, a Adriana Werner, a Adriana Sarmento, a Tamira Pacheco, o Marco Aurélio Popoviche de Mello, o Denis Schorr, a Karin Kazmierczak, a Luciana Corso, a Priscila Nunes Patel, a Ane Baptista, a Letícia Mollmann, a Ana Paula Plentz Fialho, a Karina Queiroz Rivera, a Anita de Jesus, o Ricardo Chisini Loss, a Roberta Leon Valiente, o Geraldo Teixeira da Cruz, a Natacha, o André, o Denilson, a Ana Luisa Leal, o Giroto, e o Dr. Marco Aurélio Vasconcelos Azevedo, cumprimento todos os servidores e as

servidoras que apoiam o nosso trabalho, cada um e cada uma em sua área de atuação, a fim de que possamos bem realizar o nosso ofício de prestar jurisdição e administrar nosso Tribunal.

Queridos colegas, queridos amigos, queridos familiares.

É uma honra e enorme alegria, a partir de hoje, integrar a galeria de Presidentes deste Egrégio Tribunal do Trabalho da 4ª Região.

Quando iniciei a carreira, no século passado, não imaginava que a vida profissional me proporcionaria a enorme honra de fazer parte da história do Regional.

Ao longo dessa caminhada, delineada pela minha querida amiga e colega, Des<sup>a</sup> Denise Pacheco, em sua gentilíssima e generosa manifestação, fui e sou abençoada com uma constelação de amigos e amigas, tendo tido a possibilidade de prestar jurisdição buscando me colocar no lugar do outro, seja trabalhador, seja empregador, e também colocar em prática ideias republicanas, transparentes e democráticas sobre a administração pública.

Durante o período da Vice-Corregedoria, sendo Corregedora a minha querida amiga e colega de concurso, Des<sup>a</sup> Beatriz Renck, foi possível demonstrar que a atividade correicional pode ser realizada de forma didática, rigorosa e afetuosa, resolvendo os problemas que se apresentam com as ferramentas disponíveis, aliadas à discricção e ao bom senso.

A seguir, no período da Direção da Escola Judicial, tive o privilégio de poder gerir recursos públicos, já que o nosso Tribunal descentraliza orçamento para capacitação de magistrados e

servidores, o que permitiu realizar transformações na capacitação de todos os integrantes do Judiciário trabalhista, considerando que até então dita capacitação era restrita a magistrados.

A EJUD4 passou a adotar metodologias ativas a fim de que magistrados e servidores pudessem experienciar o aprendizado, aproveitando efetivamente o conteúdo da aula, seminário ou curso.

Foi prestigiado o EAD (ensino à distância), na perspectiva de que essa modalidade de capacitação favoreceria os magistrados, magistradas, servidores e servidoras que, por problemas pessoais, familiares ou de distância do local de prestação laboral em relação à capital, não pudessem participar das atividades e cursos presenciais.

Foi dado também o passo inicial para a criação de uma revista verdadeiramente científica, mantendo a que até então era publicada como uma revista histórica anual. Aí está a nossa Revista Científica, já no Estrato B3 – Qualis Periódico/CAPES. Que orgulho!

A seguir, no biênio 2019-2021, tive o enorme desafio de presidir o TRT4, um dos cinco maiores tribunais do trabalho do Brasil. Já sabem o longo percurso: consulta aos magistrados de primeiro e segundo graus de jurisdição, debates, eleição pelo Tribunal Pleno, transição, e administração por dois anos.

Repito muitas vezes: uma administração não é e não pode ser isolada - uma segue a outra, como um elo unido a outro elo, numa corrente, que deve prestigiar o passado, inovar sempre que

possível e ter visão de futuro. Em outras palavras, é preciso verificar de forma impessoal o que deve ser mantido e o que pode ser atualizado, modernizado e eventualmente corrigido, sempre tendo em mente que a administração pública implica **necessariamente** submeter-se aos princípios da **legalidade**, da **impessoalidade**, da **publicidade**, da **moralidade** e da **eficiência**.

Durante a gestão 2019-2021 tivemos a malfadada pandemia da covid-19, tendo sido desafiador conseguir – como conseguimos - que a prestação jurisdicional fosse mantida, sem que jurisdicionados, auxiliares da Justiça, magistrados e servidores fossem penalizados, quer com a falta de serviços públicos essenciais (prestação jurisdicional), quer com contágios evitáveis pelo vírus.

Graças ao PJE, implantado pela então Presidente deste Regional, hoje Ministra do TST, Maria Helena Mallmann, e ao aperfeiçoamento do EAD na EJUD4, foi possível manter tanto a prestação jurisdicional, quanto a necessária capacitação de magistrados e servidores.

Não posso deixar de recordar que, concomitante à pandemia da covid-19, fui diagnosticada, em maio de 2020, com câncer de mama, tendo decidido que realizaria o tratamento quimioterápico às sextas-feiras no final da tarde, o que me permitiria manter meu ritmo de trabalho, concentrador e detalhista, para o bem e para o mal.

Decidi também que apenas três pessoas teriam conhecimento acerca do meu infortúnio: minha filha Vitória, meu irmão João

Antonio e o Secretário Geral da Presidência, Adolfo. E seguimos em frente como se nada estivesse acontecendo, tendo sido mantida a rotina de trabalho.

Meu eterno agradecimento ao mastologista doutor Rodrigo Cericatto e à oncologista doutora Alessandra Morelle, bem assim à equipe de enfermagem do Hospital Moinhos de Vento. E também à Dra. Lucy, à Dra. Katia, e ao Dr. Fadel. Todos eles médicos humanos, afeitos à ciência e que foram determinantes para a minha cura em meio a um período mundial, laboral e pessoal tão desafiador.

Preciso, ainda, agradecer à Lucia Niemeyer que cuidou dos afazeres domésticos e da minha alimentação, sempre com carinho e atenção, torcendo pela minha pronta recuperação. Em outubro de 2020, após terminar as 14 sessões de QT que eram a parte inicial do tratamento, pude finalmente verbalizar o processo pelo qual estava passando para os meus queridos colegas de administração, Des. Francisco na Vice-Presidência, Des. George na Corregedoria e Des. Raul na Vice-Corregedoria, assim como para os servidores e servidoras do Tribunal, demais familiares, amigas e amigos.

Naquele momento, recebi imediato apoio e alguma reprimenda por não ter noticiado antes, o que talvez tivesse me protegido de alguns momentos desagradáveis que passei mas que, agora, compõem página virada.

Terminada a gestão, voltei à bancada, onde sou e sempre fui muito feliz. Eu amo o direito do trabalho, os conflitos reais entre o capital e o trabalho, o contato com meus colegas, com os membros do MPT

e os advogados. Eu gosto de gente. Simples assim. E, como diz Caetano Veloso: gente é pra brilhar, não pra morrer de fome.

A vida é um ir e vir, e embora eu sempre trace planos e objetivos, que busco seguir à risca, por vezes, há reviravoltas. Em junho de 2022, recebi o honroso convite da Ministra Rosa Weber, de quem tenho a alegria e a honra de ser amiga, para auxiliá-la no CNJ.

Pedi para pensar por 24h – a querida Rosa Maria, aliás, nunca esquece que pedi para pensar – e aceitei o desafio. E serei sempre grata à ela pelo convite que me oportunizou, já que, como sua juíza auxiliar, coordenei o Comitê Executivo do Observatório de Direitos Humanos do Poder Judiciário e, ao lado de colegas como as juízas Karen Luíse Batista de Souza do TJRS e Lívia Peres do TRF1, pude contribuir com as pautas que nortearam a gestão da Ministra Rosa no Conselho Nacional de Justiça (direitos humanos, notadamente questões raciais, étnicas, ambientais e de gênero).

Entre tantos momentos marcantes no CNJ, como o lançamento do Pacto Nacional pela Equidade Racial no Poder Judiciário, vivi também três momentos indescritíveis. Compus a delegação brasileira que foi à Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, em Genebra, para responder sobre questões do Judiciário constantes do último relatório de direitos humanos relacionado ao nosso país. A missão foi brilhantemente chefiada pela Dra. Rita de Oliveira, Secretária Executiva do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania.

Ainda, estive três vezes na Amazônia – no Vale do Javari, no Oiapoque e em São Félix do Xingu, nesta última localidade foi realizada a primeira Itinerância Cooperativa da Amazônia Legal, uma iniciativa inédita de cooperação entre o Judiciário e diversos Ministérios e instituições do Poder Executivo.

Cá estou, novamente na bancada, agora presidindo, a partir de 01 de dezembro p.v., a 11ª Turma do Regional.

Agradeço à minha filha Vitória por ter sempre me alentado e exortado a manter, parodiando a canção, a mente quieta (respira, mãe!), a espinha ereta (não desiste, mãe!), e o coração tranquilo (tudo vai dar certo, mãe!).

Agradeço muito a presença de todos e todas, é uma alegria ver este grande átrio lotado de pessoas queridas, magistrados, magistradas, servidores, servidoras, procuradores e procuradoras do trabalho, advogados, advogadas, defensoras e defensores públicos, peritos, peritas, amigos e amigas de ontem, de hoje e de sempre.

Como sabem, tenho um mantra, que repito incessantemente, *Carpe Diem*. Aproveitem, aproveitemos, cada momento como este para abraçar nossos afetos e desejar que tenham saúde e alegria, alcancem seus sonhos pessoais e profissionais, sempre com bons pensamentos e bons sentimentos.

Muito obrigada!



